

Pré-candidatura de Lucas Follador para deputado estadual ganha força com apoios em toda a região

PÁGINA 02

Ano XVII - Edição 962

Porto Velho - RO, 26 de fevereiro de 2026

R\$ 2,00

Deputado estadual Delegado Camargo lança pré-candidatura ao Governo de Rondônia

A política de Rondônia entrou oficialmente em um cenário de reviravolta. Nesta terça-feira, o anúncio da pré-candidatura do deputado estadual Delegado Camargo ao Governo do Estado provocou um impacto direto no tabuleiro político e atingiu em cheio os grupos tradicionais que há anos controlam o poder.

O movimento não partiu de acordos partidários nem de articulações de bastidores. Foi o povo que lançou o Delegado Camargo como pré-candidato. A decisão nasce de um sentimento coletivo de esgotamento com a velha política, marcada por promessas repetidas, resultados insuficientes e distanciamento da realidade enfrentada pela população.

Atual deputado estadual, Camargo construiu sua trajetória política enfrentando o sistema por dentro. Na Assembleia Legislativa de Rondônia, tornou-se referência por denúncias, cobranças diretas e posicionamentos firmes, especialmente nas áreas onde o Estado mais falha hoje, saúde pública e segurança pública. Essa postura o colocou em rota de colisão com estruturas políticas consolidadas, mas ao mesmo tempo o aproximou da população.

O que se viu nos últimos meses foi um crescimento contínuo da pressão popular para que Camargo desse um passo maior. Em encontros, audiências, visitas ao interior e conversas diretas com a sociedade, o pedido se repetiu. Rondônia precisa mudar. Precisa de alguém que enfrente o sistema, reorganize o Estado e governe com autoridade,



Ao anunciar sua pré-candidatura ao Palácio do Rio Madeira, Delegado Camargo consolida um novo cenário político no estado.

coragem e decisão. Diante desse cenário, o deputado assumiu a responsabilidade e colocou seu nome à disposição.

A reação foi imediata. A pré-candidatura de Delegado Camargo abalou os velhos políticos, que viram ruir a narrativa de que o poder permaneceria restrito aos mesmos grupos. O surgimento de um nome fora do sistema, com respaldo popular real e capacidade comprovada, representa um duro golpe para quem apostava na continuidade do modelo atual.

Camargo afirma que Rondônia não precisa de mais discursos, precisa de comando. Segundo ele, a saúde pública exige gestão firme, prioridade orçamentária e respeito ao cidadão. A segurança pública exige enfrentamento ao crime, valorização das forças policiais e políticas claras. O governo, segundo o

pré-candidato, precisa voltar a servir ao povo, e não a interesses políticos.

O apoio que sustenta essa pré-candidatura não é simbólico nem circunstancial. Ele se manifesta concretamente em diferentes regiões do estado, unindo trabalhadores, servidores públicos, profissionais da saúde, agentes de segurança e famílias que já não acreditam na velha política. Para esses setores, o Delegado Camargo é a solução possível, viável e necessária para mudar Rondônia.

Ao anunciar sua pré-candidatura ao Palácio do Rio Madeira, Delegado Camargo consolida um novo cenário político no estado. A mensagem é clara. A política virou. O sistema foi atingido. E, desta vez, foi o povo quem decidiu lançar o nome que representa ruptura, força e transformação para o futuro de Rondônia.

Pré-candidatura de Lucas Follador para deputado estadual ganha força com apoios em toda a região

O jovem vereador de Ariquemes, Lucas Follador (Novo) é pré-candidato a deputado estadual pela região do Vale do Jamari. O nome do parlamentar foi escolhido pelo partido por representar a força da juventude, do conservadorismo e da tradição política de responsabilidade. Apesar de estar cumprindo o seu primeiro mandato na Câmara Municipal, Lucas tem experiência de quatro anos como vice-prefeito de Ariquemes, além de um curto mandato como deputado federal, quando assumiu a cadeira deixada pela ex-deputada Mariana Carvalho (Republicanos), que se licenciou para cuidar de compromissos pessoais.

Com boas ideias e propostas concretas, Lucas carrega ainda a experiência da família na política. Seu pai, Adelino Follador, foi prefeito de Cacaulândia por três mandatos e também passou 12 anos na Assembleia Legislativa como deputado estadual. Lucas também viu sua mãe, Ana Maria nas lides políticas, que foi vereadora de Cacaulândia por muito tempo, chegando a presidir o legislativo municipal.

A história de Lucas Follador se confunde com a história de muitos pioneiros de Rondônia, especialmente do Vale do Jamari, pois viu nascer municípios importantes do estado, como Buritis, Cujubim, Alto Paraíso, Rio Crespo, Cacaulândia, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, entre outros, acompanhando

de perto a evolução das comunidades.

Formado em veterinária e servidor público, Lucas Follador conhece a realidade e a necessidade de todos os municípios e a sua pré-candidatura confirma o compromisso de ajudar na promoção do desenvolvimento econômico e social de Rondônia. Lucas tem percorrido alguns municípios falando da sua pré-candidatura e tem conseguindo muitos apoios que animam a caminhada rumo a Assembleia Legislativa.

Durante muito tempo o município de Ariquemes manteve a hegemonia política de toda a região, chegando a ter, por três oportunidades, quatro deputados estaduais, deputados federais, senadores e governador. No entanto, nas eleições de 2022, essa representação caiu pela metade, com o município perdendo duas das quatro vagas de detinha na Assembleia Legislativa. Essa redução de representatividade mostra o enfraquecimento político e a redução de recursos para o município. Cidade com mais de 100 mil habitantes, sobre com problemas nas áreas de saúde, no social e tem nos produtores rurais uma das classes mais prejudicadas. Em constante crescimento e com recursos reduzidos por conta da redução da representação política, especialmente na Assembleia Legislativa, a prefeitura não consegue atender toda a demanda de estradas, de programas de apoio ao agricultor, trans-



Vereador de Ariquemes, Lucas Follador (Novo) é pré-candidato a deputado estadual pela região do Vale do Jamari.

porte escolar.

A ideia de Lucas Follador é exatamente este fortalecimento e uma das suas principais propostas é o apoio ao agricultor, pois entende que quando o campo vai bem, todos os setores da cidade vão bem, pois os recursos da produção agrícola ficam nos municípios, faz girar o comércio e fortalece a economia.

Na área da saúde, uma das propostas defendidas por Lucas Follador é a construção do hospital regional, que possa atender com qualidade a população de todo o Vale do Jamari, evitando a ambulancioterapia, que faz com que os pacientes de casos mais complexos sejam encaminhados para Porto Velho, enfrentando os desafios de uma rodovia perigosa e a superlotação do hospital João Paulo II e do Hospital de Base.

Inmet e CPTEC ampliam alerta e apontam risco de tempestades intensas em Rondônia

Órgãos federais emitem aviso para chuvas fortes e persistentes em todo o estado a partir desta quarta-feira; Porto Velho está entre as áreas afetadas. Rondônia entrou em estado de atenção meteorológica nas últimas horas. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) ampliam a previsão de tempestades para os próximos dias e indicam risco de chuvas intensas em praticamente todo o território estadual.

De acordo com os órgãos federais,

a atuação de áreas de instabilidade vai provocar precipitações classificadas nos níveis 1 e 2, com potencial para tempestades organizadas, rajadas de vento e descargas elétricas. As regiões central, sudoeste e uma faixa do nordeste do estado estão entre as mais afetadas.

Nas áreas de nível 2, os meteorologistas alertam para a possibilidade de chuvas severas, com volumes expressivos em curto período. A capital Porto Velho está na rota das instabilidades e deve registrar acumulados significativos. A previsão indica chuva intensa e persistente em todo

o estado, com possibilidade de núcleos de nível 3 em uma região localizada no Nordeste de Rondônia. Nessas áreas, o volume de água pode ser ainda maior, aumentando os riscos de alagamentos e enxurradas.

A combinação entre o solo já encharcado e os novos acumulados previstos eleva a preocupação com transtornos urbanos, especialmente em áreas vulneráveis. Os órgãos recomendam que a população acompanhe as atualizações meteorológicas e adote medidas de precaução nas próximas horas.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99396-8937

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Câmara aprova PL antifacção e endurece penas para organizações perigosas e milícias

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de terça-feira (24), o projeto de lei conhecido como “antifacção”, que endurece penas para integrantes de organizações criminosas e milícias. A proposta, enviada pelo governo federal em outubro do ano passado, recebeu alterações na Câmara e no Senado e agora segue para sanção presidencial.

O texto prevê pena de reclusão de 20 a 40 anos para o crime classificado como “domínio social estruturado”, além de punição de 12 a 20 anos para quem favorecer esse tipo de organização. Também impõe restrições como proibição de anistia, graça, indulto, fiança e liberdade condicional aos condenados. Líderes ou integrantes de núcleo de comando deverão cumprir pena em presídios federais de segurança máxima.

Entre as mudanças feitas durante a tramitação, foram retiradas a taxação de

apostas eletrônicas (bets) para financiar o combate ao crime organizado e alterações na atuação da Polícia Federal em cooperações internacionais. O presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmou que o projeto representa uma das respostas mais duras já dadas ao crime organizado, destacando que houve acordo entre governo e oposição para acelerar a votação.

Durante a tramitação, o projeto foi chamado de “Marco Legal de Enfrentamento ao Crime Organizado” e passou por ajustes no Senado, mas parte das alterações foi rejeitada pelos deputados. O relator na Câmara, deputado Guilherme Derrite (PP-SP), apresentou substitutivo ao texto original encaminhado pelo Executivo, consolidando as mudanças consideradas prioritárias para ampliar o rigor penal e reforçar os instrumentos de combate às facções e milícias.



Projeto endurece penas e impõe restrições a integrantes de facções e milícias.

A proposta ainda determina que condenados por esses crimes não poderão ser beneficiados por medidas que reduzam o cumprimento da pena e prevê regras mais rígidas para progressão de regime. Parlamentares favoráveis à matéria afirmam que a nova legislação cria um ambiente jurídico mais severo contra o crime organizado, enquanto setores da base governista criticaram a retirada da contribuição sobre apostas eletrônicas, que poderia ampliar os recursos destinados à segurança pública.

Prefeitura terá de devolver mais de R\$ 700 mil por pendências em convênios da gestão Delegado Araújo



Processos de prestação de contas iniciados após o fim da vigência dos convênios passam agora à responsabilidade administrativa da atual prefeita.

A Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (PGE-RO) emitiu entendimento contrário aos pedidos do Município de Pimenta Bueno para utilizar saldos financeiros remanescentes de dois convênios firmados com o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO). As decisões constam em despachos assinados pelo procurador-diretor Leonardo Falcão Ribeiro em 22 de fevereiro de 2026 e tratam dos Convênios nº 168/2021/PJ/DER-RO e nº 227/2021/PJ/DER-RO, celebrados para obras de pavimentação asfáltica.

Os dois instrumentos são de 2021 e foram formalizados durante a gestão do então prefeito Delegado Araújo, que permaneceu à frente do Executivo municipal até o fim de 2024. Atualmente, a Prefeitura de Pimenta Bueno

é comandada por Marcilene Rodrigues, conhecida como Professora Marcilene, do Podemos, já no momento em que os processos entram na fase final de prestação de contas junto ao Estado.

No processo nº 0009.392854/2021-64, referente ao Convênio 168/2021, o corpo técnico do DER registrou que o município não executou integralmente serviços assumidos como contrapartida, em especial a implantação de sarjeta e meio-fio, apontando que a ausência desses itens compromete a vida útil do pavimento. Diante do apontamento, a prefeitura solicitou autorização para utilizar o saldo financeiro de R\$ 149.151,67 na execução dos dispositivos de drenagem. A PGE aprovou a Informação nº 49/2026/PGE-DERADM, que manteve o entendimento técnico de que a execução dos serviços deve seguir as normas vigentes para assegurar a durabilidade da obra.

Situação semelhante foi descrita no processo nº 0009.584246/2021-84, relativo ao Convênio 227/2021, cujo valor global inicial foi de R\$ 4.239.519,65. O relatório final de vistoria do DER, apresentado em dezembro de 2025, indicou execução física de 90,37% do objeto. Na sequência, a Controladoria Interna apontou a necessidade de devolução de R\$ 564.728,03, já considerados valores anteriormente restituídos, em razão da execução parcial de itens do projeto e

da ampliação de metas. A Orientação Técnica nº 3 destacou que o município havia previsto a implantação de meio-fio como parte da contrapartida, mas o item não foi executado.

Na Informação nº 48/2026/PGE-DERADM, a procuradora Mariana Calvi Akl Monteiro sustentou que o pedido do município para usar o saldo remanescente em obras de drenagem não encontra respaldo nas normas que regem os convênios. O parecer registra que a solicitação foi apresentada já na fase de prestação de contas, iniciada após o término da vigência do instrumento, e que qualquer modificação no objeto somente poderia ocorrer durante a execução do convênio.

O documento ressalta que a instalação de meio-fio integrava a contrapartida municipal com recursos próprios, tornando o uso do repasse estadual incompatível com o planejamento pactuado.

Com base nessas conclusões, a PGE orientou a notificação do Município de Pimenta Bueno para restituição dos valores indicados nos processos. Os autos registram que a não devolução dos saldos remanescentes pode levar à adoção das medidas administrativas previstas na legislação estadual de convênios, incluindo procedimentos para apuração e regularização financeira.

Com presença de mais de 26 prefeitos, AROM entrega propostas de atualização da Lei do FITHA ao presidente da ALE/RO

Em reunião na Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE/RO), a Associação Rondoniense de Municípios (AROM) apresentou ao presidente da Casa, deputado Alex Redano, propostas de atualização da Lei Complementar nº 292/2003, que institui o Fundo para Infraestrutura de Transportes e Habitação (FITHA). O encontro reuniu mais de 26 prefeitos, além de deputados estaduais, reforçando a mobilização municipalista em torno da redistribuição dos recursos do fundo.

Durante a apresentação, o vice-presidente da AROM e prefeito de Nova Mamoré, Marcélio Brasileiro, destacou dados sobre a malha viária: enquan-

to a União administra 2.381 km de rodovias e o Estado cerca de 5.486 km, os municípios são responsáveis por aproximadamente 39.294 km de estradas vicinais — quase quatro vezes mais que as malhas estadual e federal somadas. Os números embasam o pedido de revisão dos critérios de repasse.

Entre as propostas estão a divisão igualitária da receita do FITHA entre Estado e municípios, repasses em duas parcelas anuais, possibilidade de reprogramação de recursos não executados, incorporação de bens ao patrimônio municipal, maior participação dos municípios no conselho administrativo e adoção da extensão da malha viária como critério de



Prefeitos defendem divisão mais equilibrada e repasses diretos aos municípios.

distribuição. A entidade também defende a implantação do modelo “fundo a fundo”, já previsto em projeto encaminhado pelo Executivo.

O presidente da AROM, Hildon Chaves, e outros gestores defenderam mais agilidade e autonomia para as prefeituras, ressaltando que o novo formato reduziria a burocracia e ga-

rantiria maior eficiência na manutenção das estradas vicinais.

Ao final, foi entregue uma Nota Técnica com as sugestões aos deputados, que se comprometeram a analisar as propostas e manter o diálogo para possível atualização da legislação.

A expectativa dos prefeitos é que a Assembleia avance na

análise das propostas ainda neste período legislativo, promovendo ajustes que garantam maior equilíbrio na distribuição dos recursos e fortaleçam a capacidade dos municípios de investir na manutenção das estradas e no desenvolvimento regional, assegurando melhores condições de mobilidade e escoamento da produção em todo o Estado.

Mutirão do Implanon: prefeito Léo Moraes promove ação para 1.700 mulheres de Porto Velho

Neste sábado (28), o prefeito Léo Moraes inicia mais uma ação voltada à saúde da mulher em Porto Velho: o mutirão do Implanon. Nesta primeira etapa, a iniciativa atenderá 1.700 mulheres que já estão inseridas na regulação do município, ampliando o acesso ao método contraceptivo de longa duração na rede pública.

O mutirão reforça o compromisso da gestão com o planejamento familiar, a saúde preventiva e a autonomia feminina. O Implanon é um implante subdérmico com eficácia de até três anos, considerado um dos métodos contraceptivos mais seguros disponíveis atualmen-

te, com alta taxa de proteção contra gravidez não planejada e sem necessidade de uso diário.

Além das 1.700 mulheres contempladas inicialmente, o prefeito informou que novas unidades do implante já foram solicitadas ao Ministério da Saúde, em conformidade com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). A ampliação do estoque visa reduzir a fila de espera e garantir atendimento contínuo nos próximos meses.

“Se você quer usar o Implanon, procure a unidade de saúde mais próxima, faça o seu cadastramento. Já

realizamos o pedido para ampliar a compra e atender ainda mais mulheres”, destacou Léo Moraes.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), antes da inserção do implante, as pacientes passam por avaliação clínica, recebem orientações sobre possíveis efeitos colaterais e esclarecimentos sobre outros métodos disponíveis, assegurando escolha consciente e acompanhamento adequado.

A orientação é que as interessadas procurem a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima para realizar o cadastro, verificar os critérios e acompa-



A ação reforça o compromisso da gestão municipal com o planejamento familiar, a saúde preventiva e a autonomia feminina.

nhar o cronograma de atendimento. A expectativa é que novas etapas do mutirão sejam anunciadas conforme a chegada de novos lotes do contraceptivo ao município.

A iniciativa integra um conjunto de ações voltadas ao fortale-

cimento da atenção básica e à ampliação do acesso a serviços de saúde da mulher, buscando reduzir índices de gravidez não planejada, ampliar o cuidado preventivo e garantir mais dignidade e autonomia às porto-velhenses.

TJ-RO publicará licitação para construção do novo Fórum da Comarca de Colorado do Oeste

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) deve anunciar, no mês de março, a abertura do edital de licitação para a construção do novo Fórum da Comarca de Colorado do Oeste. A obra integra o plano de modernização da estrutura do Judiciário estadual e será executada com a tecnologia Light Steel Frame, modelo construtivo já utilizado nos fóruns digitais da instituição.

O sistema é reconhecido pela agilidade na execução, redução de custos e menor impacto ambiental, além de proporcionar maior eficiência energética e racionalização de resíduos. A escolha do mé-

todo está alinhada às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental adotadas pelo Judiciário.

O novo prédio contará com aproximadamente 2.526,12 metros quadrados de área construída e será implantado na Avenida Paulo de Assis Ribeiro, Lote 31B, Quadra 01, Setor D, ampliando a capacidade de atendimento da comarca e oferecendo melhores condições de trabalho a magistrados, servidores, advogados e à população.

Para participar da licitação, as empresas interessadas deverão apresentar, no mo-



O novo fórum terá uma área construída de aproximadamente 2.526,12 metros quadrados.

mento da proposta, comprovação de garantia, conforme previsto no artigo 58 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). A garantia poderá ser prestada nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pú-

blica, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, conforme o artigo 96, § 1º, incisos I a IV, da mesma legislação.

A expectativa é que, após a conclusão do processo licitatório e

assinatura do contrato, a obra contribua para fortalecer a prestação jurisdicional na região, garantindo infraestrutura moderna, acessível e adequada às demandas crescentes do município e entorno.

Diárias de vereadores somam R\$ 24 mil e levantam debate sobre transparência em Candeias

Os vereadores de Candeias do Jari, Roberto Oliveira Franceschetto (PRD), Leandro da Silva Soares (PSDB) e Fábio da Silva Costa (PSDB), receberam diárias no valor de R\$ 1,6 mil cada, referentes ao período de 23 a 27 de fevereiro. O montante total pago a cada parlamentar chegou a R\$ 8 mil, resultando em um custo global de R\$ 24 mil aos cofres públicos municipais. As autorizações constam em publicação no Diário Oficial do Município e foram assinadas pela presidente da Câmara, Jucilene Marques Moraes (PRB).

Segundo os registros, as diárias destinam-se à cobertura de despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação durante

agenda institucional fora do município. No entanto, a justificativa detalhada das atividades desempenhadas no período não foi amplamente divulgada, o que tem gerado questionamentos na comunidade sobre a efetiva necessidade e os resultados práticos da viagem para o município.

Leandro da Silva Soares exerce a função de líder do governo no Legislativo municipal, enquanto Roberto Franceschetto, conhecido como Beto, ocupa o cargo de secretário da Mesa Diretora. Até o momento, a Câmara Municipal não informou oficialmente quais compromissos foram cumpridos, nem apresentou relatório público das ações desenvolvidas durante o período das diárias.

O tema reacende o debate sobre a transparência na utilização de recursos públicos, especialmente em municípios de menor porte, onde o orçamento é limitado e os gastos com diárias parlamentares costumam ser alvo de maior fiscalização por parte da população e dos órgãos de controle.

A legislação municipal prevê o pagamento de diárias para custear despesas decorrentes de atividades oficiais fora do município, desde que devidamente justificadas e vinculadas ao interesse público. Especialistas em gestão pública ressaltam que, além da autorização formal, é recomendável a apresentação de relatórios detalhados após as viagens, com descrição das agendas

cumpridas, resultados obtidos e possíveis benefícios para a administração municipal.

Moradores e lideranças locais têm cobrado maior clareza quanto à destinação dos recursos e à efetividade das ações realizadas. A divulgação transparente das atividades desenvolvidas, segundo defensores do controle social, é fundamental para assegurar a correta aplicação do dinheiro público e fortalecer a confiança da população no Legislativo municipal. A ausência de informações detalhadas sobre a programação oficial e os objetivos alcançados amplia as cobranças por prestação de contas mais objetiva. Para especialistas, a transparência ativa evita dúvidas e reduz

desgastes políticos desnecessários.



Pagamento foi autorizado por publicação no Diário Oficial.

TCE mantém suspensão de gratificações de gabinete na Câmara; presidente tem 15 dias para responder

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) decidiu manter a suspensão dos pagamentos referentes à gratificação de gabinete instituída pela Lei Municipal nº 2.743/2024 e posteriormente alterada pela Lei nº 2.949/2025, no âmbito da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, no curso do processo nº 03845/24. A medida foi adotada em decisão monocrática proferida em 23 de fevereiro de 2026 pelo conselheiro-substituto Omar Pires Dias, relator em substituição regimental ao conselheiro Valdivino Crispim de Souza.

O processo tem origem em representação formulada a partir de irregularidade encaminhado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia (MPE-RO), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Guajará-Mirim, que noticiou supostas irregularidades no pagamento de gratificações concedidas a servidores ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas na Câmara Municipal. Entre os pontos relatados estavam a concessão indevida de benefícios, ausência de critérios objetivos, possível violação ao princípio da moralidade administrativa e potencial dano ao erário.

A Secretaria-Geral de Controle Externo (SGCE), após análise preliminar, concluiu pelo processamento do caso como representação. Em decisão anterior, foram intimados o atual presidente da Câmara, Eliel Nunes Silvino, o Sargento

Eliel, do PP, e o ex-presidente João Vanderlei de Melo. O ex-presidente apresentou manifestação de defesa e documentos, incluindo a Lei nº 2.949/2025, que alterou o normativo anterior.

Relatório técnico inicial concluiu pela procedência parcial da representação, especialmente pela ausência de critérios objetivos para concessão das gratificações. A unidade técnica apontou que as falhas foram posteriormente sanadas pela edição da nova lei e de emenda que estabeleceram percentuais escalonados vinculados a qualificação e desempenho, além de avaliação periódica e vedação à incorporação das vantagens.

O Ministério Público de Contas, entretanto, apresentou posicionamento divergente, apontando persistência de falhas estruturais, entre elas a ausência de critérios objetivos e mensuráveis para fixação dos percentuais e a indefinição dos requisitos técnicos de aferição funcional. Diante disso, opinou pela suspensão dos pagamentos e pelo prosseguimento da instrução processual.

Com base nesse entendimento, foi concedida tutela inibitória determinando a suspensão dos pagamentos. Posteriormente, a Câmara encaminhou manifestações e documentos, os quais foram analisados em relatório técnico de fevereiro de 2026. A análise concluiu que os elementos apresentados foram

insuficientes para afastar as irregularidades, permanecendo lacunas quanto à individualização e motivação dos atos concessivos, demonstração de critérios objetivos, existência de regulamentação infralegal, comprovação do cumprimento da medida cautelar, detalhamento dos valores pagos e evidências da atuação do controle interno.

Segundo a decisão, a instrução processual permanece inconclu-

sa, não sendo possível confirmar ou afastar a regularidade material das concessões no estágio atual. O relator determinou a reiteração das exigências para complementação probatória e fixou prazo de 15 dias para que a Presidência da Câmara encaminhe documentos e informações, incluindo cópia integral dos atos concessivos individualizados, critérios de avaliação funcional, atos normativos complementares, demonstrativos finan-

ceiros detalhados e comprovação do cumprimento da suspensão dos pagamentos.

A decisão também alerta que o descumprimento injustificado das determinações poderá resultar na aplicação de multa, nos termos da Lei Complementar nº 154/1996.

O processo seguirá para nova análise técnica após o término do prazo estabelecido, com posterior deliberação do Tribunal de Contas.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Departamento Estadual de Trânsito



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90019/2025/DETRAN/RO AMPLA CONCORRÊNCIA

O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que se encontra autorizada a Licitação, sob a modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o N.º 90019/2025/DETRAN/RO, AMPLA CONCORRÊNCIA, modo de disputa “ABERTO”, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus ANEXOS, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual 28.874/2024 e demais legislações vigentes pertinentes ao objeto e demais exigências deste Edital para atender ao DETRAN/RO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0010.061494/2024-65

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva de Arquivos Deslizantes, com remanejamento através de desmontagem, transporte e remontagem, com fornecimento e substituição de materiais e peças, sem dedicação de mão de obra exclusiva, por 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - DETRAN/RO, conforme condições técnicas, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Valor Estimado da Contratação (Global): R\$ 1.852.008,32 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil oito reais e trinta e dois centavos), excluindo-se da competição os valores referentes a estimativa de gastos com reembolso das peças para reposição, que integrarão o valor final da contratação, assim divididos:

a) R\$ 1.467.179,25 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil cento e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos), referente a serviços de manutenção preventiva e corretiva nos arquivos deslizantes;

b) R\$ 384.829,07 (trezentos e oitenta e quatro mil oitocentos e vinte e nove reais e sete centavos), referente ao valor para reembolso das peças.

DATA DE ABERTURA: 16/03/2026, às 10h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

UASG: 926002.

O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site www.detrان.ro.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no Departamento Estadual de Trânsito, sito à Rua Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, em Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592.

Porto Velho/RO, 23 de fevereiro de 2026.

Fábio José de Oliveira Monteiro
Pregoeiro
DETRAN-RO

Operação contra extração ilegal na TI Roosevelt prende 2 e cumpre 23 mandados



As prisões ocorreram por posse ilegal de arma de fogo e por receptação qualificada.

Duas pessoas foram presas em flagrante nesta terça-feira (24) durante cumprimento de 23 mandados na Operação “Erisícton”, que combate associação criminosa, desmatamento e comércio ilegal de madeira na Terra Indígena Roosevelt, localizada entre Rondônia e Mato Grosso.

As prisões ocorreram por posse ilegal de arma de fogo e por receptação qualificada. Durante a operação, foram apreendidos celulares, armas de fogo, veículos e madeira, entre outros materiais. Uma madeireira foi lacrada pelo Ibama, e os trabalhos seguem em andamento.

A ofensiva foi realizada pela Polícia Federal em conjunto com o Ibama, com apoio da Funai. Os mandados foram expedidos pela 1ª Vara Federal Cível e Criminal de Ji-Paraná.

As investigações apontaram a existência de um esquema de extração ilegal de madeira dentro da terra indígena. O principal suspeito atuava com consentimento e participação de indígenas

e mantinha uma rede formada por desmatadores, motoristas responsáveis pelo transporte das cargas e proprietários ou responsáveis por madeiras que adquiriam o material retirado ilegalmente.

Um laudo pericial estimou o dano ambiental em R\$ 41.936.681,29. A operação mobilizou 108 servidores federais, entre policiais federais

e servidores do Ibama e da Funai.

As investigações começaram em fevereiro de 2024, após a prisão

em flagrante de um dos envolvidos, que atuava como “batedor” de um caminhão carregado com madeira sem procedência legal.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA
nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 459/2026

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESTINADOS À DECORAÇÃO E SONORIZAÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS AÇÕES COMEMORATIVAS DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, A SEREM REALIZADAS NO DIA 14 DE MARÇO DE 2026.” Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Data e Horário da fase de lances: 04/03/2026, das 09h30min. às 15h30min. (Horário de Brasília). Os documentos pertinentes estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaíso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - ou através do e-mail: cpl@altoparaíso.ro.gov.br.

Alto Paraíso/RO, 25 de fevereiro de 2026.

Bruna Quinaia
Pregoeira/Agente de Contratação



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO
CONTRATO
Nº 038/PMAP/2025

PROCESSO: 1-1606/SEMAF/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO-RO.
CONTRATADA: ASX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico à Rua Marineide, n.º 6684, Galpão B, Bairro Cuniã, na Cidade de Porto Velho/RO, CEP 76.824-414, inscrita no CNPJ n. 49.866.591/0001-73, Inscrição Estadual sob o n.º 00000006600468.

DO OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação do prazo de execução estabelecido na CLÁUSULA TERCEIRA que trata da FORMA DE FORNECIMENTO, especificamente em seu item 3.1, que tem por finalidade assegurar a continuidade do serviço público e pela economicidade

DA VIGENCIA: O prazo estabelecido no item 3.1 da Cláusula Terceira do Contrato nº 038/PMAP/2025, será prorrogado por 30 (trinta) dias, a contar da data de solicitação de prorrogação de prazo no ID 568570, findando na data de 19/03/2026.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato firmado que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo.

Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 4FC3C954, data de circulação 26/02/2026.

Alto Paraíso/RO, 19 de fevereiro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
032/PJM/2025.

PROCESSO: 1-492/SEMSAU/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO-RO.
CONTRATADA: F.A. ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 35.824.843/0001-97, estabelecida na Avenida Tabapoa nº 2939, Sala 02, Setor 03, CEP 76870-441, na cidade de Ariquemes/RO.

DA VIGENCIA: PRORROGAR o referido contrato 032/PJM/2025, pelo período de 06 (seis) meses, 180 (cento e oitenta) dias, a contar do primeiro dia após o término da vigência inaugural do contrato.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo.

Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: FCF805FF, data de circulação 26/02/2026.

Alto Paraíso/RO, 10 de fevereiro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

Rolim de Moura disputará competição nacional que tem início previsto para 21 de março de 2026

O Rolim de Moura Esporte Clube está confirmado na disputa do Campeonato Brasileiro Feminino A3 de 2026. A participação foi oficializada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que divulgou a lista dos 32 clubes que disputarão a competição nacional nesta temporada.

A equipe rondoniense conquistou a vaga com base no desempenho na edição anterior da competição, quando terminou na 15ª colocação, garantindo presença entre os clubes selecionados para o torneio deste ano.

Segundo o documento da CBF, o campeonato reunirá equipes de todo o país,

incluindo campeões estaduais, clubes rebaixados da Série A2 e times classificados pelo ranking da edição anterior.

Formato da competição

O Brasileiro Feminino A3 2026 terá início previsto para 21 de março e contará com cinco fases eliminatórias até a decisão. Na primeira etapa, os 32 clubes serão divididos em oito grupos com quatro equipes cada, que se enfrentarão em turno e retorno dentro dos grupos.

Os melhores avançam para confrontos de mata-mata em jogos de ida e volta, passando por oitavas, quartas, semifinais e final, programada



Equipe de Rolim de Moura, em Manaus, no campeonato brasileiro A-3 em 2025.

para setembro.

A CBF também prevê apoio logístico e financeiro às equipes participantes, incluindo transporte, hospedagem, alimentação para delegações visitantes, pagamento da arbitragem e repasse de cotas.

A presença do Rolim de Moura no cenário nacional reforça o crescimento do futebol feminino em Rondônia e coloca o município novamente em evidência no esporte brasileiro. A participação na competição abre espaço para visibilidade, desenvolvimento da modalidade

e oportunidades para atletas da região.

Agora, o clube se prepara para a montagem do elenco e definição da comissão técnica visando uma campanha competitiva e a busca pelo acesso às divisões superiores do futebol feminino nacional.

Inscrições abertas para o Campeonato Setor Norte 2026 ocorre até o dia 5 de março

O futebol de várzea volta a movimentar Espigão d'Oeste com a realização do Campeonato Setor Norte 2026. A competição, organizada pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura (Semelc), promete reunir equipes das Séries A e B em mais uma edição marcada pela participação comunitária e valorização do esporte amador.

As inscrições são gratuitas e seguem abertas até o dia 5 de março. De acordo com a organização, a iniciativa busca ampliar

o acesso das equipes ao torneio, garantindo que o fator financeiro não seja obstáculo para a participação dos atletas. A Prefeitura reforça que o objetivo é incentivar o esporte como instrumento de inclusão social, lazer e fortalecimento dos vínculos comunitários.

Além da gratuidade, o campeonato contará com premiação para os quatro primeiros colocados, reconhecendo o desempenho das equipes ao longo da competição. Cada time inscri-

to também receberá um kit de materiais esportivos, incluindo bolsa térmica, garrafas e faixa de capitão, contribuindo para a organização e melhor estrutura dos jogos.

O torneio é tradicional na região e reúne trabalhadores, jovens atletas e famílias inteiras que acompanham as partidas nos finais de semana. Para a gestão municipal, investir no futebol amador significa promover qualidade de vida, estimular hábitos saudáveis e fortalecer a cultura esportiva local.



Inscrições 100% GRATUITAS; A Prefeitura de Espigão D'Oeste acredita que o esporte transforma vidas, une famílias e fortalece nossa cultura.

As equipes interessadas devem procurar a Semelc dentro do prazo estabelecido para garantir participação. A expectativa é

de grande adesão, consolidando o Campeonato Setor Norte como um dos principais eventos esportivos do calendário municipal.